

編號：第 737/2022 號(刑事上訴案)

日期：2024 年 4 月 18 日

重要法律問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤 疑罪從無原則
- 量刑
- 傷殘賠償金額之確定 非財產損害賠償金額之確定

摘要

1. 審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或明顯違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

2. 疑罪從無原則，是指法院在認定事實的審查證據過程中，對所審查的證據所需要證明的事實的真偽存有合理懷疑，在這種情況下，法院就應該以對嫌犯最有利為依歸，作出有利於嫌犯的事實的決定。這裡的合理懷疑，必須是法官（而不是上訴人）在形成心證前就對作出決定的事實前提抱有懷疑，且這種懷疑是“合理”及“無法補救”的。

3. 在確定長期部份無能力賠償金額時亦遵循衡平的標準，除了長期無能力程度及其對日常生活和工作的影響之外，亦不妨礙考慮其他已認

定的有關事實，如受害人的年齡、受傷害前的身體狀況、現行之薪酬及工作、學歷、其在受害前後職業上之期許等。

4. 法律規定對受害人精神損害賠償，是通過金錢的賠償讓受害人得到一些精神安慰，該等損害賠償旨在向受害人提供“安慰”，讓其減輕損傷對其造成的痛苦或盡可能把痛苦忘記。

5. 對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，依公平公正原則作出，而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量的指標，更不可能存在一計算公式。

6. 法律賦予了審判者依照衡平原則作出決定的自由決定空間，上級法院只有在其決定出現明顯的不公平、不適當的情況下才有介入的空間。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 737/2022 號 (刑事上訴案)

上訴人/嫌犯/民事被請求人：(A)

被上訴人/輔助人/民事請求人/被害人/受害人：(B)

日期：2024 年 4 月 18 日

一、 案情敘述

在 CR2-21-0174-PCS 號獨任庭普通刑事案中，2022 年 6 月 7 日初級法院作出判決，裁定：

I. 刑事部份：嫌犯(A)以直接正犯、故意及既遂方式觸犯《刑法典》第 137 條第 1 款所規定及處罰的一項“普通傷害身體完整性罪”，判處九個月徒刑，暫緩執行，為期兩年，條件是嫌犯每月須向輔助人(B)賠償不少於 6,000 澳門元，直至完全清償本案所判處的金額為止。

II. 民事部份：裁定民事請求人之訴訟理由部份成立，並判處被請求人(A)須向請求人(B)支付合共 270,453.79 澳門元(貳拾柒萬零肆佰伍拾叁元柒角玖分澳門元)的賠償，並加上相關的遲延利息，此利息按終審法院第 69/2010 號統一司法見解所定的方法計算。

駁回民事請求人所聲請的將來之損害賠償(留待執行時結算)的請

求。

*

嫌犯/民事被請求人(A)不服，向本院提起上訴，其上訴理由闡述載於卷宗第 307 頁至 335 頁。上訴人在該訴狀中列舉了上訴依據且在結論部分簡要陳述了上訴請求之理由。¹

¹ 上訴人提出以下上訴理由（上訴理由闡述之結論部分）

1.^a - O presente recurso vem interposto da decisão que condenou o recorrente, pela prática em autoria material e na forma consumada, de (1) crime de ofensas à integridade física, punido e previsto no artigo 137º, n.º 1 Código Penal, na pena de 9 meses de prisão suspensa a sua execução por um período de 2 anos, sob a condição de pagar ao assistente mensalmente o valor mínimo de MOP\$6.000,00 até que o valor indemnizatório esteja integralmente pago.

2.^a - E, que condenou a pagar uma indemnização civil ao ofendido/assistente no valor MOP\$270.453,79 a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, acrescido dos juros a taxa legal até integral pagamento.

3.^a - Foi por ter avaliado mal a prova testemunhal produzida em julgamento que o tribunal *a quo* deu como provado que a arguida praticou o crime pelo qual depois a condenou, tendo, ademais, sido violado o princípio "in dubio pro reo".

4.^a - Não existe qualquer prova concreta que permita aferir "com grau de certeza exigida pelo direito penal", que agrediu o ofendido/assistente.

5.^a - O recorrente diz em todas as declarações que prestou nos autos e durante a audiência de julgamento que nunca agrediu o ofendido.

6.^a - Todas as testemunhas que estiveram na sala dizem que não viram o ofendido ser agredido pelo arguido.

7.^a - Só ofendido (B) diz afirma que foi o arguido.

8.^a - Errou a sentença recorrida ao afirmar que o único depoimento do ofendido/assistente serve para considerar que o arguido agrediu o ofendido

9.^a - Existe claro erro de julgamento de facto em relação ao artigo 7º dos factos provados ao afirmar que ficou provado que "dois homens desconhecidos presentes imediatamente se adiantaram para persuadi-lo e separou o suspeito e a vítima. "

10.^a As testemunhas (C) e (D) e ofendido (B) são as únicas pessoas que estiveram presentes no bar e no dia que ocorreram os eventos e nunca mencionaram nada do que ficou provado no artigo 7º dos factos provados.

11.^a - A testemunha (C) estava dentro da sala privada do bar e se estivesse visto o arguido agredir o ofendido, de certeza, que o identificaria, bem como, afirma que estavam mais 2 pessoas dentro da sala.

12.^a - Nunca o ofendido refere qualquer comportamento ou acto praticada pelas duas pessoas desconhecidas e também a testemunha (C) só refere que estavam 2 pessoas na sala, para além dela, do ofendido e do arguido.

13.^a - Esta situação é um total erro manifesto visto que isto faz induzir e presumir que só poderia ser o arguido a agredir o ofendido e assim fazer uma certificação do depoimento do ofendido que sempre mostrou algumas discrepâncias.

14.^a - O ofendido que, alegadamente, tem um depoimento credível não consegue descrever qualquer comportamento dessas 2 testemunhas presentes na sala, como também, afirmou erradamente e só quando confrontado é que assumiu, que (C) não estava ao seu lado quando aconteceram as agressões, mas ao tribunal tinha dito que essa testemunha estaria ao seu lado e sabia perfeitamente que o tinha agredido.

15.^a - Certo é que a (C) não afirmou que foi o arguido e estava com este também dentro da sala.

16.^a - Porque também não referiu a testemunha (C) as condutas e comportamentos dessas duas testemunhas misteriosas?

17.^a - O arguido - segundo o relatório policial a fls. 11 dos autos - estaria na sala com o ofendido e eram estes as duas únicas pessoas da alegada festa que ainda estariam no bar.

18.^a - Se o arguido tivesse agredido o ofendido não teria saído antes da polícia chegar?

19.^a - Porque saíram a testemunha (C) e as 2 testemunhas misteriosas do bar e não esperaram pela polícia, sendo que, a situação ocorreu as 5H10M e chamaram a polícia as 5H45M.

20.^a - É totalmente não plausível que as pessoas que alegadamente ajudaram o ofendido - sem prejuízo de não haver qualquer prova das 2 testemunhas o terem feito - e acima invocado - não estarem presentes quando a polícia chegou e o arguido que - alegadamente o ofendido afirma tê-lo agredido - é aquele que está presente na chegada da polícia.

21.^a - Não pode é o Tribunal valorar unicamente o depoimento do ofendido se existem outros depoimentos de testemunhas no local que não corroboram a sua versão.

22.^a - O arguido/recorrente e todas testemunhas presentes no bar concordam que ele foi agredido dentro do estabelecimento e na sala, mas, também, essas pessoas também nunca afirmaram que foi o arguido que agrediu.

23.^a - Não é possível ir por dedução e dar de "barato" e certo existir essa deficiência dos elementos probatórios!

24.^a - Sob pena de "in dubio" contra o recorrente!

25.^a - O único depoimento do ofendido não pode ser valorado sem qualquer outra prova de suporte.

26.^a - Não se pode condenar porque parece e poderia ser, mas é exigido um grau mais elevado de certeza e segurança.

27.^a - Para a declaração do assistente/ofendido ser credível era preciso que todo o seu depoimento como um todo fosse totalmente esclarecedor e sem as falhas que apresentou!

28.^a - Dos autos não se vislumbra como poderia ser valorada a total falta de esclarecimento probatório que seria exigido ao ofendido que também assume a qualidade de assistente.

*

29.^a - Esse esforço probatório teria que ser feito e compete por lei a entidade acusadora e não poderia o Tribunal decidir ter havido agressões, por presunção e dedução empírica, por exclusão de partes, num total procedimento "in dubio" contra o arguido/recorrente.

30.^a - Assim, a prova valorada não serve para se poder condenar o recorrente com o grau de exigência do direito penal.

31.^a - O devia beneficiar do princípio basilar do CPP do "*in dubio pro réu*".

32.^a - Violou assim a sentença recorrida o artigo 114º do CPP e o princípio do "*in dubio pro-réu*" plasmado no artigo 49º, n.º 2 do CPP e artigo 29º, paragrafo 2º da Lei Básica de Macau.

33.^a - Também viola os artigos 115º, 116º do CPP no que respeita à valoração da prova testemunhal.

34.^a - Deve assim ser o arguido/recorrente absolvido do crime de ofensas à integridade física pelo qual foi condenado.

Se assim não for entendido;

35.^a - A pena aplicada ao arguido/recorrente é excessiva e a pena nunca deveria ter excedido 3 meses e suspensão por 1 ano.

36.^a - Ao não ter assim decidido, o acórdão recorrido incorreu num erro de interpretação e aplicação da lei, nos termos do art. 400.º, n.º 1, do C.P.P., ao ter feito incorrecta aplicação do regime contido no art. 40.º, n.º 2, 65.º e 66.º, todos do Código Penal, o que importa a revogação da decisão recorrida.

37.^a - Não tendo o recorrente praticado qualquer crime deverá o mesmo não deverá ser condenado a pagar qualquer quantia indemnizatória ao ofendido.

38.^a - Se assim não for esse o entendimento, face ao que provado está nos autos, crê-se adequado e ponderado fixar o quantum de MOP\$125.000,00 para o ofendido/demandante a título de danos morais e de incapacidade parcial permanente.

針對上訴的刑事事宜部分，駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為應裁定上訴人之上訴理由不成立。（詳見卷宗第 337 頁至第 340 頁）²

*

針對上訴的刑事及民事事宜，輔助人/民事請求人(B)作出答覆，答覆狀載於卷宗第 343 頁至 354 頁。³

² 檢察院在答覆狀中提出下列理據（結論部分）：

1- O "princípio da livre apreciação da prova" significa, basicamente, uma ausência de critérios legais que pré-determinam ou hierarquizam o valor dos diversos meios de apreciação da prova, pressupondo o apelo às "regras de experiência" que funcionam como argumentos que ajudam a explicar o caso particular com base no que é "normal" acontecer.";

2- E, por ser assim, nada impede que dê prevalência a um determinado conjunto de provas em detrimento de outras, às quais não reconheça, nomeadamente, suporte de credibilidade;

3- Na apreciação da prova, as relações pessoais dos intervenientes devem sempre ser ponderadas no que respeita à credibilidade das declarações;

4- A pena concreta foi determinada dentro da moldura penal cumprindo a teoria de margem de liberdade para além de ser muito benevolente considerando que o Recorrente não é primário e não manifestou qualquer arrependimento.

³ 輔助人/民事請求人提出以下答覆理據（結論部分）：

1.ª O arguido discorda com a sua condenação por considerar que incorreu o Tribunal a quo em erro notório na apreciação da prova, em violação do princípio do in dubio pro reo, apontando ainda,

subsidiariamente, para o excesso da pena e excesso do quantum indenizatório arbitrado, no entanto, afigura-se que nenhum dos argumentos deve proceder.

2.^a Defendendo para tal que não existe qualquer prova concreta que permita aferir que o arguido agrediu o assistente, no entanto, e conforme decorre da Sentença recorrida, o Tribunal fundou a condenação principalmente no depoimento do próprio ofendido e nas declarações das restantes testemunhas.

3.^a O ofendido desde o dia das agressões que manteve a coerência nas suas declarações, detalhando com lucidez o modo como foi agredido e quem foi o autor dessas agressões, sendo que o arguido declarou em audiência que estava embriagado e que adormecera na sala de diversão e como tal não presenciou o incidente, em depoimento incrível.

4.^a Todos os testemunhos produzidos em audiência estão em total consonância com a versão apresentada pelo assistente, bem como os demais elementos constantes dos autos, nomeadamente os registos fotográficos do local das agressões.

5.^a Esta testemunha confirmou que só estavam no referido quarto onde ocorreu a agressão 5 pessoas: ela, o assistente, o arguido e outras duas pessoas cuja identidade desconhece, sendo que ela enviou mensagens ao assistente donde se conclui que ela conhecia a identidade do agressor.

6.^a Se das pessoas que estavam no quarto ela só conhecia o assistente e o arguido, facilmente se conclui que só pode ter sido o arguido O autor das agressões, havendo, portanto, prova manifestamente suficiente para sustentar a condenação do arguido, alicerçada nas regras de experiência comum.

7.^a O arguido limita-se a alegar a sua discordância para com as conclusões a que chegou o douto Tribunal recorrido, mas tal discordância esbarra no próprio princípio da livre apreciação da prova,

instituído pelo art.º 114.º do CPP, pelo que deve ser declarado improcedente o assacado vício de erro notório na apreciação da prova.

8.ª Também não pode proceder a alegada violação do princípio do in dubio pro reo que, como é sabido, determina que perante uma situação de dúvida sobre a realidade dos factos constitutivos do crime, deve o tribunal decidir a favor do arguido.

9.ª Para se dar por verificada uma dúvida no julgamento da causa, necessário é que se demonstre que o próprio Tribunal sentenciador, na Sentença, tenha feito transparecer que ficou com dúvidas quanto culpabilidade do arguido.

10.ª Transcorrida a Sentença sub judice, em nenhum momento se denota qualquer dúvida do Tribunal na convicção de que foi o arguido quem agrediu o assistente.

11.ª O arguido foi condenado na pena de 9 meses de prisão suspensa na sua execução por 2 anos, pena essa fixada perto do mínimo legal de 1 mês, e bastante longe do máximo legal de 3 anos, tendo também o período de suspensão sido fixado perto do mínimo legal de 1 ano.

12.ª Inexistiu qualquer exagero na fixação da medida da pena, mormente tendo em conta a factualidade provada e as graves consequências que da agressão derivaram para o assistente, estando perfeitamente condizente com as regras de determinação da medida da pena previstas no art.º 65.º do CP.

13.ª Feito o julgamento, foi concedido parcial provimento ao pedido, tendo o Tribunal a quo arbitrado uma indemnização no valor global de MOP\$270,453.79.

14.ª Quanto ao arbitrado a título de reembolso de despesas médicas e perda salarial, a indemnização provém de cálculo matemático, devidamente fundamentado na Sentença, pelo que está perfeitamente condizente com o disposto nos artigos 556.º e ss. do Código Civil.

*

案件卷宗移送本院後，就上訴之刑事事宜，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為應裁定上訴人提出的上訴理由不成立。（見卷宗第 363 頁至 364 頁背頁）

*

15.^a Já a quantia arbitrada a título de danos não patrimoniais foi arbitrada com recurso à equidade, conforme estabelecido no art.º 489.^o do Código Civil, e não se afigura qualquer exagero nesse montante.

16.^a É mister levar em conta que saiu comprovado que o assistente foi agredido por motivo fútil, sem qualquer provocação prévia, com um copo de vidro na cara, tendo inclusivamente ficado com uma cicatriz para o resto da vida.

17.^a Atentos todos estes factores, afigura-se perfeitamente equitativa a quantia arbitrada a título de danos não patrimoniais pelo douto Tribunal a quo.

18.^a Já quanto à quantia de MOP\$100,000.00 arbitrada a título da IPP, tendo em conta que o assistente tinha à data dos factos apenas 26 anos de idade, e sabendo-se ademais que a IPP se traduz na perda de capacidade de ganho, mais uma vez não se consegue denotar qualquer exagero na quantia arbitrada, devendo ser mantida integralmente.

19.^a Inexiste qualquer margem para reduzir a quantia arbitrada a título de indemnização pelos danos sofridos pelo assistente, por estar perfeitamente em consonância com as disposições civis relevantes, e com a factualidade comprovada nos autos.

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後認定的事實

控訴書及輔助人控訴內獲證明的事實：

【控訴書中的事實】

1. 被害人(B)與澳門居民(C)為同事關係，E為兩人的舊同事。
2. 2019年8月13日凌晨約1時，被害人及E應(C)的邀請，到倫敦街“(X)”酒吧V01號房間內耍樂。
3. 及後，嫌犯(A)到達上述房間內耍樂。
4. 凌晨約3時，E先行離開房間。
5. 凌晨約5時，被害人及嫌犯不知何事發生爭執，嫌犯拿起枱上一隻玻璃杯擲向被害人，擊中被害人右邊眼部，繼而衝向被害人再次用一隻玻璃杯襲擊被害人，並向被害人施以拳腳襲擊，被害人因此受傷流血，玻璃杯亦因此碎裂。
6. 此時，(C)看到被害人受傷流血，隨即通知(D)處理事件。
7. 在場的兩名不知名男子立即上前勸止，並將嫌犯及被害人分開。
8. 凌晨5時45分，被害人報警求助。
9. 根據被害人(B)臨床法醫學鑑定書，右額及右眼瞼挫裂傷，右淚小管斷裂，右眼角膜損傷，右眼結膜出血，需30天康復，相關臨床法醫學鑑定書在此為著適當的法律效力被視為全部轉錄。

10. 嫌犯(A)在自由、自願及有意識的情況下，使用玻璃杯襲擊被害人(B)的右邊眼部，並施以拳腳襲擊被害人的身體，使其受傷。

11. 嫌犯清楚知悉其行為乃犯法行為，會受法律的制裁。

【輔助人控訴書中的事實】

12º A vítima ficou com uma cicatriz a baixo do olho direito.

*

民事起訴狀內具有重要性，且獲證明的事實如下：

8.º O Assistente despendeu MOP2,787.20 em despesas médicas e medicação.

9.º O Assistente era à data dos factos, e ainda é hoje, funciononário da XXX LIMITADA.

10.º À data dos factos, o salário base mensal do Assistente era de MOP14,000, ao qual eram adicionados mensalmente diversos pagamentos a título de comissões.

11.º Sendo que a sua remuneração média, no ano de 2019, até à data dos factos, foi de MOP29,444.31.

12.º Fruto das agressões de que foi vítima, o Assistente viu-se impossibilitado de prestar trabalho por um período de 18 dias.

20.º O Assistente sentiu medo e ansiedade durante largos meses após as agressões do Arguido.

21.º O Assistente sente também um forte sentimento de vergonha, irritação e indignação por ter sido agredido violentamente, sem qualquer razão, num local com gente que assistiu às agressões.

22.º O Assistente tem hoje uma cicatriz na cara, o que lhe causa uma grande aflição e agonia, por sentir que a sua expressão facial não é a mesma, desde os ferimentos que o Arguido lhe causou.

23.º O Assistente teve durante meses com o olho direito vermelho e com sangue visível, o que lhe causou um sentimento de grande angústia.

【追加請求起訴書中的事實】

1.º Nos termos da perícia medica, o Assistente padece, como consequência directa da agressão do Arguido, de uma incapacidade permanente parcial total de 2%.

2.º Decorrentes da cicatriz debaixo do olho direito e de entropia do olho.

*

另外亦證實下列事實：

根據刑事紀錄證明，嫌犯並非初犯：

- 1) 嫌犯曾因觸犯一項“醉酒駕駛罪”而在第 CR4-11-0157-PCS 號案內被判處兩個月徒刑，該刑罰准以 60 日罰金替代，每日罰金額為 80 澳門元，合共為 4,800 澳門元，倘不繳納或不獲准以勞動替代，則須服兩個月徒刑，以及禁止駕駛一年。上述判決於 2011 年 10 月 21 日轉為確定。嫌犯已繳納該案所判處的罰金。

2) 嫌犯曾因觸犯一項“醉酒駕駛罪”而在第 CR2-14-0461-PCS 號案內被判處四個月徒刑，緩期十八個月執行，以及禁止駕駛一年六個月。上述判決於 2015 年 2 月 9 日轉為確定。有關刑罰已因緩刑期屆滿而被宣告消滅。

嫌犯在庭審中時聲稱具有高中畢業的學歷，為健身教練，月入 15,000 澳門元，須供養一名子女。

*

未獲證明的事實：

以下為載於控訴書或輔助人控訴內有待證明的事實：

控訴書第 3 條：嫌犯 (A) 乃應“(X)”酒吧負責人 (D) 的邀請到達上述房間內耍樂。

輔助人控訴書第 13.º 條：A vítima ainda não recuperou totalmente dos seus ferimentos causados pelas agressões do Arguido, continuando afectado no seu olho direito e canal lacrimal.

*

民事起訴狀內不獲證明的事實：

除了民事起訴狀內屬法律性、結論性及對本案問題不具重要性的內容外，以下事實因缺乏足夠證據支持而未獲證實：

18.º O Assistente continua afectado no olho direito, sentindo-o seco e com dificuldade em expelir lágrimas desse olho, o que lhe causa a formação de crostas e remelas no olho a um ritmo bastante frequente, causando-lhe também por vezes dificuldades em se concentrar.

19.º O Assistente também tem sentido sintomas recorrentes de dermatite a baixo do olho direito.

三、法律方面

上訴法院只解決上訴人具體提出的並且由其上訴理由闡述結論所界定的問題，結論中未包含的問題轉為確定。（參見中級法院第 18/2001 號上訴案 2001 年 5 月 3 日合議庭裁判，中級法院第 103/2003 號上訴案 2003 年 6 月 5 日合議庭裁判。）

本上訴涉及的法律問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤 疑罪從無原則
- 量刑
- 傷殘賠償金額之確定 非財產損害賠償金額之確定

*

（一）審查證據方面明顯有錯誤 疑罪從無原則

上訴人認為，被上訴判決違反了一般經驗法則及存疑從無原則，沾有審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵。

上訴人指稱，卷宗中的文件不能證明案發當日上訴人襲擊了被害人，且只有被害人聲稱上訴人襲擊其，所有證人（特別是證人(C)）均稱並未見到，故不能單憑被害人的聲明便認定上訴人作出襲擊被害人的事實。

*

終審法院於 2001 年 3 月 16 日在第 16/2000 號刑事上訴案的合議庭裁判中指出：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

換言之，審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，除了法律另有規定，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價各種被審查和調查證據之證明力，以及認定獲證或不獲證明的事實。

一般經驗法則為基於日常生活經驗而來的，一種客觀普遍之定則，可為大多數人接受，且絕非主觀或狹隘之個人判斷。

終審法院於 2022 年 9 月 21 日第 78/2022 號刑事上訴案合議庭裁判中強調：

事實上，不能忽視的是，（所有的）證據都應在審判聽證中予以調查和評估（見澳門《刑事訴訟法典》第 336 條），審判者行使其“自由評價證據”的權力，結合經驗法則（見同一法典第 114 條），通過對證據的（總體）分析形成其對於案件標的之事實的“心證”。

這樣，由於“審查證據方面的明顯錯誤”與法院就事實事宜所作裁判和上訴人認為恰當的裁判之間的或有分歧毫不相關，因此上訴人

在上訴中作為上述瑕疵的理據而主張法院本應在形成其心證時看重某項---沒有“特別證明力的”---證據方法（從而認定某些事實）是沒有意義的，因為上訴人只不過是在通過這種方式質疑“證據的自由評價”原則和法院的“自由心證”。

*

疑罪從無原則，是指法院在認定事實的審查證據過程中，對所審查的證據所需要證明的事實的真偽存有合理懷疑，在這種情況下，法院就應該以對嫌犯最有利為依歸，作出有利於嫌犯的事實的決定，這裡的合理懷疑，有必要在法官（而不是上訴人）形成心證前就對作出決定的事實前提抱有懷疑，這種懷疑是“合理”及“無法補救”的（參見中級法院第 368/2014 上訴案及第 592/2017 號案件合議庭裁判）。

*

被上訴判決在理由說明部分列舉了所審查的證據，且就事實之判斷作了適當說明，當中尤其指出：

事實判斷：

嫌犯在審判聽證中稱他到達(X)酒吧 V01 號房間時其內約有十二人(包括輔助人(B)及(C))，之後他因為酒醉而昏睡，至凌晨五、六時被(D)叫醒，(D)指房內有人爭執，嫌犯便沒有再過問。嫌犯表示並不認識(B)，與他也沒有任何過節，只見過 B 與(C)一同耍樂，否認曾襲擊過(B)。此外，嫌犯稱其與(C)不是伴侶，彼等之間也沒有感情瓜葛。

(B)(輔助人及民事請求人)在庭審中表示他與 E 應(C)的邀請到(X)酒吧 V01 號房間耍樂，到達時房內約有七、八人，(C)在凌晨 3、4 點去了另一酒

吧後返回 V01 號房間。輔助人又指凌晨約 5 時，嫌犯突然用一隻玻璃杯擲中他的右邊額頭，然後又衝前揮拳擊中他的右眼，接著又用一隻玻璃杯擊打他的右眼及用膝頂撞他。輔助人指他當時坐在卷宗第 18 頁下圖的紅色汽水罐位置，(C)則坐在他身旁，X 目睹他的受襲經過後召來(D)，但後者進入房間時嫌犯已罷手。輔助人又稱當日是他第二次見到嫌犯(之後曾在派對聚會中見過)，當晚見到嫌犯與(C)相互依偎，關係曖昧，而他本人當晚也曾與(C)相鄰而坐，懷疑嫌犯因為嫉妒而襲擊他。輔助人又補充嫌犯在襲擊他時反應迅速，而且不會跌撞搖擺，所以認為嫌犯當時意識清醒。在與證人(C)的對質中，輔助人澄清他受襲前 X 已從他身旁挪到他的左前方坐下。

編號 XXX 的副警長證人在庭上簡述了本案的調查經過，稱警方在偵查期間找了(C)數次她也沒有到警局協助調查。

證人(D)在審判中否認嫌犯是她邀請到(X)酒吧，稱她見到救護車離去才進入 V01 號房間查看，當時已見不到傷者，也沒有目睹事件經過。

.....

證人(C)在聽證中表示事發時只有其本人、(B)、嫌犯及另外兩名人士身處房間內，而嫌犯與(B)本來並不認識，應該也沒有過節。此外，該證人指(B)受襲時她正面朝房門及背向(B)低頭玩手機，知悉 B 受傷後即時扶他去清洗傷口止血及通知酒吧負責人，所以沒有看見誰人襲擊 B。該證人與輔助人對質時亦堅稱不知誰人攻擊後者。

第 29 頁的臨床法醫學意見書證實(B)被診斷為右額及右眼瞼挫裂傷，右淚小管斷裂，右眼角膜損傷，右眼結膜出血，需 30 天康復(以其主診醫生判

斷的康復期為準)；而第 166 頁的臨床醫學鑑定書則評定(B)因右下眼瞼有可見皮膚疤痕及右眼下瞼內側輕度外翻而有百分之二的長期部份無能力。

關於本案的刑事部份：

嫌犯在聽證中僅籠統表示因酒醉而昏睡，否認襲擊過(B)，各名證人中亦無人目睹嫌犯襲擊輔助人的情況。然而，證人(C)稱(B)被襲擊時僅她本人、嫌犯、輔助人及另外兩名人士在房，故此，可以確定(B)的確在涉案的酒吧房間內受襲而受傷。另一方面，(B)在審判聽證中清晰描述了嫌犯襲擊他的經過及嫌犯當時的精神狀態，其陳述又與他事後被檢驗出的傷勢吻合，而且嫌犯本人、輔助人及(C)均指嫌犯與輔助人此前並不認識，也沒有過節，庭審中也不見輔助人有任何誣蔑嫌犯的動機，故此，法庭認為輔助人一方的陳述可信，經綜合分析各名證人的證言及在庭審中審查的卷宗內書證(尤其第 15 頁的醫生檢查報告、第 18 頁的照片及第 26 及 27 頁的醫療報告)，以及第 29 及 166 頁的臨床法醫學鑑定書等證據後形成心證，從而對控訴書的事實作出認定。

細讀被上訴判決，我們認為，原審法院並不存上訴人認為的忽視證人(C)的證言及僅憑被害人聲明便認定案件事實的情況。

原審法院綜合分析了卷宗中的所有證據，特別是，經綜合、比較及批判地分析了上訴人/嫌犯、輔助人/被害人、證人(C)及其他證人的聲明，並結合被害人的傷勢以及其他文件，認定了相關的事實，符合一般經驗法則及邏輯，無違反職業準則及存疑從無原則之情形，不沾有“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵。

反觀上訴人提出的理據，明顯是其按照自己的思維和價值判斷而對卷宗證據進行分析，並作出對其有利的事實判定。實際上，上訴人是在

質疑原審法院對事實的認定，以表達其對原審法院所認定之事實的不同意見。

審查證據明顯有錯誤之瑕疵，是指證據方面的瑕疵，上訴法院所審查的是原審法院是否存在證據方面的瑕疵，而不是重新評價證據。

誠然，訴訟當事人出於不同的立場、經驗，對於涉案事實會作出各自不同的價值判斷。但是，上訴人不能以其個人對證據之評價強加於審判法院，更不能要求審判法院必須作出與其個人價值判斷相一致的心證。

藉此，原審法院在審查證據方面並不存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定之瑕疵，上訴人的上訴理由不成立。

*

（二）量刑

上訴人認為，原審法院對其量刑過重，絕不應判處超過三個月徒刑並暫緩一年執行的刑罰。原審法院違反了《刑法典》第 40 條第 2 款、第 65 條及第 66 條的規定，存在適用法律有錯誤的瑕疵。

*

《刑法典》第 40 條、第 64 條和第 65 條規定了刑罰之目的、選擇刑罰之標準以及確定刑罰份量之準則。

根據《刑法典》第 40 條第 1 款規定，刑罰之目的旨在保護法益及使行為人重新納入社會，即：從一般預防和特別預防兩個方面作考量。前者，主要從一般預防的積極方面考慮，通過適用刑罰達到恢復和加強公眾的法律意識，保障其對因犯罪而被觸犯的法律規範的效力、對社會

或個人安全所抱有的期望，並保護因犯罪行為的實施而受到侵害的公眾或個人利益，同時遏止其他人犯罪；後者，旨在通過對犯罪行為人科處刑罰，尤其是通過刑罰的執行，使其吸收教訓，銘記其犯罪行為為其個人所帶來的嚴重後果，從而達到遏止其再次犯罪、重新納入社會的目的。

《刑法典》第 40 條第 2 款規定了刑罰之限度，確定了罪刑相當原則。根據該原則，刑罰的程度應該與罪過相對應，法官在適用刑罰時不得超出事實當中的罪過程度。

在出現《刑法典》第 64 條規定的需選擇非剝奪自由之刑罰抑或剝奪自由之刑罰之情況時，法院亦需根據刑罰之目的作出選擇。

《刑法典》第 65 條規定了確定具體刑罰份量的準則：法院在確定刑罰的份量時，須按照行為人之罪過及預防犯罪的要求為之，同時，亦須考慮所有已確定的不屬犯罪罪狀的情節，特別是，犯罪行為的不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、行為人對被要求須負義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、行為人之動機、行為人之個人狀況及經濟狀況、事發前後之行為。

按照《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，法院應在法定的最低刑及最高刑刑幅之間，根據行為人罪過及預防犯罪的要求，同時一併考慮卷宗所確定的所有對行為人有利或不利且不屬犯罪罪狀的情節，作出選擇具體刑罰之決定。

*

《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，具體刑罰應在最低刑幅及最高刑幅之間，以罪過及刑罰目的作出決定，而法律賦予法院在刑法規定的刑幅間有選擇合適刑罰的自由。既然法律容許法院自由在法定的刑幅之間決定一個合適的刑罰，簡單引用《刑法典》第 65 條的量刑情節，已經足以表明法院確實考慮了這些因素，只不過是在衡平的原則下選擇一個自認為合適的刑罰，而上訴法院的審查也僅限於原審法院的最後選擇的刑罰明顯過高或者刑罰不合適的情況。⁴

換言之，對於量刑時需考慮的情節，判決書可作重點闡述，並無需逐一系列明，只要不存在對法定限制規範，如刑罰幅度或經驗法則的違反，也不存在所確定的具體刑罰顯示出完全不適度的話，上訴法院不應介入具體刑罰的確定。

*

根據卷宗資料，上訴人於酒後襲擊被害人，導致被害人受傷，雖然有關傷勢的康復期不長，但因傷及眼瞼導致被害人遭受 2% 的長期部分無能力損害，上訴人非初犯，否認犯罪且無展現任何悔意。

另外，上訴人並無符合《刑法典》第 66 條規定的特別減輕刑罰之情節。

根據被上訴判決，原審法院按照《刑法典》第 40 條、第 64 條及第 65 條規定的量刑標準，綜合考慮案件的具體情節、上訴人的個人狀況，尤其是上訴人所作出的侵害行為嚴重性、被害人的傷勢以及上訴人的

⁴ 參見中級法院 2019 年 7 月 11 日第 23/2019 號合議庭裁判。

犯罪動機，上訴人並非初犯，在實施本案犯罪行為後沒有展露過任何悔意，考慮到預防犯罪（包括一般預防及特別預防）的需要，就上訴人以直接正犯、故意及既遂方式觸犯《刑法典》第 137 條第 1 款所規定及處罰的一項“普通傷害身體完整性罪”，在一個月徒刑至三年徒刑或十日至三百六十日罰金的刑幅內，選擇剝奪自由的徒刑，並判處九個月徒刑，符合一般預防和特別預防的要求，不存量刑過重、量刑失衡的錯誤，本院沒有介入的空間。

*

（三）長期部分無能力賠償及精神損害賠償

上訴人認為，原審法院就受害人的長期部分無能力損害賠償以及精神損害賠償所定訂的金額過高，應降低至澳門幣 125,000 元。

*

關於長期部份無能力賠償，在確定長期部份無能力賠償金額時亦遵循衡平的標準，除了長期無能力程度及其對日常生活和工作的影響之外，亦不妨礙考慮其他已認定的有關事實，如受害人的年齡、受傷害前的身體狀況、現行之薪酬及工作、學歷、其在受害前後職業上之期許等。

5

本案，受害人的長期部分無能力為 2%，導致其長期部分無能力的損害是“因右下眼瞼有可見皮膚疤痕及右眼下瞼內側輕度外翻”案發生時，受害人 25 歲，任職服裝銷售員，平均月收入約 29,444 元。

⁵ 參見終審法院第 20/2007 號案及第 62/2012 號案的合議庭裁判。

原審法院根據已證事實，考慮受害人部分無能力的身體損害位置和程度、受害人的年齡、工作狀況、職業期許、薪金等因素，依照衡平原則，裁定受害人可獲得長期部份無能力補償為澳門幣 100,000 元，並無過度高昂且失衡的情況，上訴法院沒有介入的理由。

*

對於非財產損害賠償（精神損害賠償）的金額訂定，中級法院一直認為⁶：

對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。

法律賦予了審判者依照衡平原則作出決定的自由決定空間，上級法院只有在其決定出現明顯的不公平、不適當的情況下才有介入的空間。

人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人得到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。

對於訂定非財產損害賠償金額的事宜上，不應持有“吝嗇”立場，肯定的是，該等損害賠償旨在向受害人提供“安慰”，讓其減輕損傷對其造成的痛苦或盡可能把痛苦忘記。

⁶ 參見中級法院 2004 年 12 月 9 日第 293/2004 號合議庭判決、2014 年 3 月 20 日第 786/2010 號合議庭判決、2014 年 4 月 24 日第 454/2011 號合議庭判決。

這些年來澳門社會經濟所發生的變化, 物質價值的不斷增長, 我們沒有理由不讓一個一直高唱人性化、以人為本的管理的社會中的人的身心健康、精神健康的損害的“安慰價值”得到相應的體現。

作為減輕損傷帶來的痛苦而向被害人提供的一種“安慰”, 非財產損害賠償應充分體現出對生命、人身以及精神的尊重與關懷, 在衡平原則的基礎之上作出綜合考量。

*

本案, 根據已證事實, 特別是, 受害人被襲擊, 眼瞼受傷, 康復期需 30 日, 傷害後果為右下眼瞼有可見皮膚疤痕及右眼下瞼內側輕度外翻, 留有 2% 的長期部份無能力。受襲之後, 受害人在數個月內感到害怕和焦慮, 因無端被襲而感到被羞辱和憤怒。

根據被上訴判決, 原審法院考慮到受害人在事件中所遭受的傷勢、受傷後需接受治療的時間、治療期間所帶來的痛苦及不便及在事件前後的身心變化, 按照衡平原則, 訂定本案的非財產損害賠償為 150, 000 澳門元, 屬在適當範圍內, 體現了非財產損害賠償本身具有的對於因損害而遭受痛苦之受害人的安慰價值, 並無過度高昂且失衡的情況, 不存在明顯的不公平、不適當, 上訴法院沒有介入的理由。

因此, 上訴人的上訴理由不成立。

四、決定

綜上所述, 合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立, 維持原判。

*

上訴人須負擔其上訴的訴訟費和訴訟負擔，其中，司法費定為 6 計算單位。

著令通知。

—*—

澳門，2024 年 4 月 18 日

周艷平（裁判書製作人）

蔡武彬（第一助審法官）

陳廣勝（第二助審法官）